

História política e estratégias discursivas na Primeira República em Juiz de Fora

Political History and Discursive Strategies in the First Republic in Juiz de Fora

Antonio Gasparetto Júnior*

A história da cidade de Juiz de Fora no período que compreende desde sua emancipação até a Primeira República tem sido consideravelmente explorada por pesquisadores não unicamente da área de História. O grande crescimento do número de pesquisas sobre a cidade está ligado a fatores que são singulares para uma cidade do interior, como a existência de uma universidade pública de ótima qualidade e com Programas de Pós-Graduação em notável crescimento, a existência de arquivos organizados no município, a cultura e a tradição de determinados grupos étnicos componentes da população juiz-forana e a existência de verbas municipais destinadas à publicação do conhecimento produzido pelos moradores da cidade. Todos esses elementos contribuem diretamente para a manutenção do interesse pela história da cidade, permitindo que, ano a ano, tenhamos um satisfatório crescimento de informações e análises do passado. No entanto, com uma observação mais refinada a respeito dessa produção, percebe-se que a grande maioria dessas publicações sobre o período está concentrada em alguns eixos temáticos, como a abordagem dos diferentes grupos étnicos que imigraram para Juiz de Fora, o desenvolvimento econômico da cidade inserido em seu contexto regional e, mais recentemente, a análise da arquitetura e do patrimônio material da cidade, que, por vezes, está ligada à questão do imigrante também. Se estamos avançados no conhecimento acerca da influência do imigrante ou do café, por exemplo, na história da cidade, pouco sabemos sobre a política desse mesmo período. É neste sentido que a obra de Luciano Senna Peres Barbosa vem a contribuir com o preenchimento de uma importante lacuna da história da cidade.

“Viva o povo de Juiz de Fora!”: eleições e estratégias discursivas na Primeira República brasileira é fruto da tese de doutorado do autor defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2010. A obra revisada

foi publicada em primeira edição pela editora da Universidade Federal de Juiz de Fora em 2013 e é mais uma das beneficiadas das leis e verbas municipais de incentivo à cultura. Luciano Barbosa divide o livro em quatro capítulos, nos quais promove uma análise do discurso político na Primeira República em Juiz de Fora. Antes de chegar à cidade, contudo, contextualiza o cenário político através de uma abordagem em nível estadual e, posteriormente, passa a descrever as interações entre essas duas instâncias do poder, municipal e estadual.

De uma forma geral, Luciano Barbosa aborda a construção da imagem pública dos políticos juiz-foranos no referido período analisando como eles empregavam estratégias discursivas para legitimar sua pretensão em ocupar cargos na administração pública. O que viabilizou a pesquisa, segundo Barbosa, foi o fato de Juiz de Fora ter preservado amplo material jornalístico produzido na Primeira República e também a condição da cidade de principal centro urbano mineiro da época. Através de fontes provenientes da imprensa, então, que publicava discursos e manifestações em geral acerca dos atores políticos analisados, o autor reconstruiu a estratégia de legitimação desses personagens perante a sociedade.

No primeiro capítulo do livro, intitulado “A república em Minas Gerais”, Barbosa enfoca, em um primeiro momento, a perspectiva do Executivo estadual com os obstáculos da nova legislação para a organização administrativa do estado. Considerando, para tal, o período que se estende entre a constituinte estadual e a reforma constitucional de 1903. Já em um segundo momento, estão em questão as disputas em torno do estabelecimento de critérios de seleção para os postos da administração pública. Neste capítulo, a contribuição de Luciano Barbosa vai além da história política de Juiz de Fora, expande-se para o estado. Se a história política da cidade possui algumas carências na historiografia, a do estado de Minas Gerais também possui suas lacunas. Conhece-se pouco ainda sobre os processos políticos em nível estadual no período quando se considera sua abordagem interna, e não voltada para o cenário nacional, no qual o estado foi muito influente no decorrer da Primeira República participando, inclusive, com alguns dos seus Presidentes. Neste sentido, a historiografia tem dado pouca atenção à disputa entre os republicanos ditos “históricos” e os membros de antigos partidos monárquicos, ditos “conciliadores”, como ressalta Barbosa. Outra questão também pouco abordada, e que não é condição exclusiva dos mineiros, é a elaboração da Constituição do estado. São raríssimos os trabalhos que enfatizam as constituintes dos estados brasileiros na Primeira República. Muito embora Luciano Barbosa não seja muito extenso sobre essa questão e analise aspectos específicos para o interesse de sua pesquisa, essa é sua

maior contribuição do primeiro capítulo para os estudos da história política no estado.

No segundo capítulo do livro, intitulado “A política chega à cidade”, o autor examina as duas primeiras eleições municipais no regime republicano, considerando a grande repercussão que teve o projeto de saneamento levado a cabo pelo primeiro Presidente da Câmara eleito. Antes de entrar nessas questões políticas republicanas, Barbosa destaca que, no período imperial, o prestígio social estava atrelado a cidadãos ditos beneméritos que contribuíram para o desenvolvimento da cidade de alguma forma. Identifica, então, a influência de quatro destacados personagens na história da cidade: o engenheiro alemão Henrique Halfeld, responsável por importantes obras viárias na região; Mariano Procópio Ferreira Lage, outro engenheiro e que foi responsável pela construção da Rodovia União e Indústria; Bernardo Mascarenhas, industrial responsável por investimentos de ponta em Juiz de Fora; e Francisco Batista de Oliveira, comerciante que esteve à frente das iniciativas que dariam origem aos primeiros estabelecimentos bancários do estado. Ressalta-se com isso que o prestígio desses benfeitores estava desassociado do papel político, um perfil que influenciaria as primeiras eleições republicanas, colocando em jogo os atributos sociais que o político deveria portar. Porém, a primeira eleição republicana do município teve pouca repercussão. Mais impacto causou a discussão em torno do chamado Plano Howyan, principal obra do governo do agente executivo Francisco Bernardino que visava o saneamento do centro urbano do distrito sede do município. Foi nesta época que entrou em cena uma prática ainda muito comum nas disputas políticas da cidade, a desqualificação moral do adversário para minar suas ações ou intenções enquanto político ou cidadão. A discussão técnica do Plano Howyan ficou em segundo plano, abrindo espaço para o destaque das acusações trocadas entre os personagens do período.

No terceiro capítulo do livro, intitulado “A moralização da política”, Barbosa aprofunda esta questão acompanhando o desenvolvimento das eleições municipais, mas mantendo-as em relação com as eleições estaduais e nacionais com a perspectiva da disputa entre os políticos juiz-foranos. Assim, analisa as estratégias discursivas empregadas pelos políticos para serem reconhecidos pelo governo e como o governo. O autor utiliza como fontes os três principais jornais da cidade no período: o *Correio de Minas*, considerado “jacobino”; o *Farol*, representante dos “conciliadores” que passariam a ser chamados de “jagunços”; e o *Jornal do Comércio*, representante dos “republicanos” que também passariam a ser chamados de “jacobinos”. Eles eram os principais órgãos de propaganda política da época. No entanto, a partir de 1894, a disputa política municipal

parece ter sofrido um esvaziamento frente aos acontecimentos da política nacional. Ainda assim, o autor destaca que a retórica política das disputas se mantinha através dos jornais, todavia, a partir das eleições de 1900, a relação entre político e eleitor passa a ser também tematizada. Outro elemento que passaria a fazer parte do jogo político seria a naturalidade. A origem era entendida mais do que uma questão de localidade, mas também familiar, para comprovar a credibilidade do político. Neste sentido, Barbosa recorre constantemente ao conceito de comunidade imaginada, de Benedict Anderson¹, para explicar a importância do pertencimento. Se antes havia ênfase exclusiva na apreciação moral da pessoa do político, passava-se, então, a causar grande efeito esse aspecto do pertencimento ligado à localidade da eleição e a famílias tradicionais ou, pelo menos, bem conceituadas.

Verificada a redução competitiva das eleições nas esferas federal e estadual após a reforma de 1903 que tornou indireta a eleição do agente executivo municipal, as estratégias empregadas para vencer as eleições deixaram de ser o principal meio de construção da legitimidade política. Em seu lugar apareceram as manifestações públicas de homenagem como fator de destaque. Por isso, Luciano Barbosa aborda no quarto capítulo, intitulado “O político como representante natural”, os relatos dessas manifestações, demonstrando que essas homenagens eram o principal instrumento da construção da legitimidade do político e que enfatizavam concepções latentes sobre sua figura. Para promover essas análises, o autor se limitou às homenagens realizadas a uma mesma figura política, Antônio Carlos de Andrada, em suas recepções na cidade de Juiz de Fora. Barbosa verificou que as homenagens ampliavam os limites de inserção na competição política ao integrar eleitores e não eleitores e funcionavam como clara expressão de força política.

Ainda que o livro de Luciano Barbosa não seja definitivo para preencher a lacuna da história política da cidade no período, seu empenho em acompanhar a construção da imagem pública dos políticos no regime republicano é digno de méritos. O autor consegue, dentro de seus limites, promover um bom diálogo entre uma historiografia mais recente acerca da cidade e uma mais antiga e tradicional. Neste sentido, seus limites ficam claramente expressos pela própria inexistência de produção sobre a história política da Primeira República em Juiz de Fora. E, por isso, acaba tendo de recorrer rotineiramente aos historiadores mais antigos, como Paulino de Oliveira e Wilson de Lima Bastos, por exemplo². Claro que

¹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginárias: reflexões quanto a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

² Como exemplo: BASTOS, Wilson de Lima. *O engenheiro Henrique Guilherme Halfeld*. Juiz de Fora: Paraibuna 1975; OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Juiz de

seus textos são importantes para a história da cidade, no entanto, como acontece na abordagem de outras questões, já poderíamos ter avançado muito mais nas análises.

Pensando ainda na escassez de trabalhos sobre a história política de Juiz de Fora no período, o livro de Luciano Barbosa não é uma contribuição definitiva e tampouco fechada em si mesma. É possível encontrar, no decorrer da leitura, vários outros possíveis caminhos de análise. O próprio autor faz questão de destacar alguns deles quando informa sobre a inexistência de discussão bibliográfica sobre determinados temas. Mais do que isso, Barbosa começou uma caminhada por ambientes pouco explorados da República em Juiz de Fora que suscitam questões constantes aos leitores. De tal forma que a própria tese do autor pode ser enfocada por outras abordagens, priorizando aspectos como o resultado dos discursos e o posicionamento dos políticos locais perante eventos de grande relevância nacional que não foram importantes para o autor. Logo, a contribuição é inovadora e muito relevante para a historiografia da cidade. O ponto negativo da obra talvez seja o excesso de longas citações no decorrer do texto. Mesmo que Barbosa tenha optado por “deixar os políticos falarem por si” e que o propósito central do livro estivesse na análise do discurso para a construção da imagem, algumas citações diretas poderiam ser suprimidas e abordadas de outra forma pelo autor, tanto para valorizar as análises quanto para evitar o afastamento de leitores mais preguiçosos. Por outro lado, seria interessante e enriquecedor, se possível fosse, a inserção de mais imagens de manifestações de eventos políticos no período, como a ótima imagem que demonstra o político Antônio Carlos de Andrada entre o povo em uma de suas recepções na cidade.

Recebido em: 18 de dezembro de 2015.

Aprovado em: 10 de julho de 2018.

Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966; STEHLING, Luiz José. *Juiz de Fora, a Cia União e Indústria e os alemães*. Juiz de Fora: IHGJF, 1970.